

LER É RETIRAR AS MÁSCARAS DOS TEXTOS

Ivana Quintão de Andrade (UFF)

ivanaquintao@id.uff.br

RESUMO

Falar sobre leitura na escola significa tratar de um assunto que pode ser desenvolvido sob diferentes olhares. E, como sabemos, o olhar que lançamos sobre as coisas acaba definindo nossa relação com elas. Assim, dependendo do significado que se atribua à tarefa de ensinar a ler na escola, é exatamente essa noção que guiará o trabalho pedagógico do professor. Nesse sentido, nossa proposta de ensino de leitura será feita à luz da teoria da enunciação de Émile Benveniste, no que ela tange à categoria de pessoa. Procuraremos analisar os efeitos de objetividade e subjetividade gerados pelas escolhas linguísticas do enunciador. Nossa hipótese é: se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto considerado subjetivo. Pretendemos, assim, oferecer aos professores de português mais uma possibilidade de ensino de leitura, e aos alunos, a oportunidade de perceber que, muitas vezes, as palavras e as frases presentes nos textos podem, ao invés de revelar, esconder alguns efeitos que só poderão ser identificados se se extrapolar o enunciado e se fizer uma imersão na enunciação.

Palavras-chave: Leitura escolar. Enunciado. Enunciação. Máscaras dos textos.

1. Introdução

Formar alunos competentes em leitura tem sido uma das maiores preocupações da escola. No entanto, o que vemos são alunos pouco interessados nessa tarefa escolar. Talvez uma das causas desse desinteresse e, consequentemente, dos resultados insatisfatórios em compreensão e interpretação de textos, esteja no fato de que, muitas vezes, o ensino se limita a fazer o aluno decodificar os sentidos mais rasos do texto, aqueles facilmente encontrados na superfície textual e que são “pescados” através de perguntas do tipo “quem”, “onde”, “quando”.

Com o tempo, o aluno acaba concluindo que ler na escola é reproduzir um sentido protocolar exigido pela escola – o qual é cobrado para efeito de nota de desempenho em leitura.

Como, então, ajudar o aluno a reconstruir a visão que ele tem da leitura na escola, de modo que ele se reconheça como um sujeito ativo do ato de ler? Para responder a essa pergunta, fomos buscar, na categoria de pessoa da teoria da enunciação, de Émile Benveniste, outras possibilida-

des de ensino de leitura que ajudem o aluno a se tornar o leitor crítico e motivado que a escola tanto deseja.

A fim de situarmos essa teoria na trama que envolve os estudos linguísticos, faremos uma breve incursão no curso de uma história que contempla, por um lado, a língua que se explica por si mesma; por outro, a língua como enunciação.

2. Da linguística do enunciado para a linguística da enunciação

Enquanto campo do conhecimento, a palavra “linguística” é bem antiga, pois desde que o homem começa a refletir sobre a sua língua, já é possível falar em conhecimento sobre a linguagem. Mas enquanto disciplina, que vê a língua como uma entidade autônoma, de dependências internas (HJELMSLEV, 1971), é relativamente nova, pois data do século XX.

Foi a partir de Ferdinand de Saussure – e do advento do estruturalismo e suas várias formas –, que a língua passou a ser estudada como um sistema formado por dicotomias como as de língua e fala; sincronia e diacronia; significante e significado e sintagma e paradigma. Esses pares dicotômicos revelaram que o signo linguístico se relaciona e se opõe a outros signos dentro do próprio sistema.

Mais tarde, Noam Chomsky elaborou sua Gramática Gerativa, segundo a qual um número finito de regras é capaz de gerar um número infinito de sequências linguísticas.

Foi assim que, tomando a língua como materialidade primeva para suas pesquisas, Ferdinand de Saussure e Noam Chomsky acabaram fazendo, cada um a seu modo, um reducionismo do seu objeto de estudo. O primeiro acolheu a língua e descartou a fala; o segundo acolheu a competência e descartou o desempenho.

No entanto, com os ventos da abordagem sociocultural começando a soprar, as ocorrências linguísticas passaram a ser analisadas no seu contexto de uso; portanto, na sua relação com sua exterioridade.

Surgiram, então, disciplinas como a da teoria da enunciação, a sociolinguística, a etnolinguística, a pragmática e a análise de discurso – as quais estão atravessadas pelo caráter interdisciplinar de que fala Luiz Antônio Marcuschi (2008, p. 77), pois cada uma é, ao final, o resultado da conjugação de diferentes olhares para o mesmo objeto: a língua.

Um desses olhares é o de Émile Benveniste. É com base em sua teoria da enunciação, mais especificamente, na sua categoria de pessoa, da qual falaremos a seguir, que iremos propor algumas atividades de leitura escolar que evidenciem o seguinte: a) a língua (o enunciado), quando articulada, produz sentidos que nem sempre estão na superfície do texto; b) esses sentidos são produzidos pelas escolhas feitas pelo enunciadador do texto.

Assim, a partir de uma possível análise enunciativa da materialidade encontrada na superfície textual, iremos verificar de que modo os pressupostos benvenistianos podem ser aplicados no ensino de leitura.

3. Uma breve apresentação da categoria de pessoa na teoria da enunciação de Benveniste

Ao anunciar que é preciso ver a língua a serviço do homem que a utiliza, Émile Benveniste (1991, p. 84) redefine o sujeito da gramática tradicional, tratando-o como o locutor que se apropria da língua. Com isso, ele acaba favorecendo os estudos que procuram analisar como o homem marca sua subjetividade ao usar a língua. Para ele, uma dessas marcas está ancorada no uso da categoria de pessoa.

Ele explica que os pronomes pessoais - eu, tu, ele, nós, vós, eles -, engessados em classes gramaticais, precisavam ser redefinidos. Para ele, na instância da enunciação, só se podem considerar duas pessoas que participam do ato de comunicação: a) *Eu*, pessoa subjetiva que fala, interior ao enunciado; b) *Tu*, pessoa não subjetiva com quem se fala. Sob essa perspectiva, *Ele* é a não pessoa, já que se combina com a referência objetiva, ou seja, se refere a tudo o que pode ser assunto do *Eu* e do *Tu*. se configura no assunto do *Eu/Tu* (BENVENISTE (1989:287).

Ao separar o *Eu/Tu* (as pessoas por excelência) do *Ele* (a não pessoa), Émile Benveniste acabou trazendo para sua teoria as noções de subjetividade (identidade) e objetividade (referencialidade).

Essas noções abriram novos horizontes para os estudos de linguagem. Um desses horizontes pode ser encontrado em nossa proposta de ensino de leitura. Ela pretende levar os alunos a perceber que as intenções do enunciadador podem ser reveladas pela análise da forma como ele se enuncia no texto.

É nesse ponto que acreditamos na contribuição da categoria de pessoa da teoria benvenistiana, pois ela poderá nos ajudar a levar o aluno a compreender que: a) a linguagem, em si, não é objetiva nem subjetiva; b) os efeitos provocados pelas pessoas, combinados com as escolhas lexicais feitas por quem escreve, podem revelar aspectos da entrelinha textual capazes de ajudar o leitor a se despir de uma espécie de “capa de ingenuidade” – que ele, muitas vezes, veste quando lê.

4. Os efeitos de objetividade e os efeitos de subjetividade

Textos objetivos sempre foram tidos como textos escritos para informar, isto é, para dizer o que as coisas são. Neles, o enunciador procura articular as palavras de forma que qualquer traço de sua subjetividade fique submerso, enquanto apenas a informação, que se pretende pura e transparente, fique na superfície do texto. São, portanto, textos que transportam dados considerados impermeabilizados contra os traços subjetivos do enunciador.

No entanto, sabemos que a neutralidade é um mito. O texto dito *objetivo* é escrito por um enunciador que, apesar de consciente e capaz de desfazer-se de sua identidade, vai deixando cair, no espaço do texto, os vestígios de sua subjetividade. Por isso, os temas objetivos estariam presentes em verbetes de dicionários, manuais, editoriais de jornal, entre outros.

Já os textos considerados “subjetivos” sempre foram tidos como aqueles que expressam a visão pessoal do autor a respeito de algum assunto. Assim, algumas de suas estratégias de escrita são marcadas pela presença de sinais exclamativos, de reticências; de figuras de linguagem, etc. – embora o uso da 1ª pessoa seja considerado a marca mais evidente da subjetividade. Por isso, os temas subjetivos estariam presentes em letras de música, poemas, crônicas, contos, entre outros.

As atividades de leitura que iremos propor serão formuladas com base na seguinte tese que elaboramos durante nossos estudos acerca da categoria de pessoa benvenistiana: “se é possível encontrar marcas de subjetividade num texto considerado objetivo, também deve ser possível encontrar marcas de objetividade num texto subjetivo”.

Aí está o desafio de nossa proposta de leitura na escola: ensinar nossos alunos que não há textos totalmente objetivos nem totalmente subjetivos; o que há são efeitos de objetividade e subjetividade construí-

dos pelo jogo de palavras e construções sintáticas os quais, na enunciação, se configurariam em máscaras do dizer.

5. *Verbetes e depoimento: nossos corpora*

O texto objetivo, no qual será estudado o efeito de objetividade, pertence ao gênero *verbetes de enciclopédias*. Por terem caráter referencial, são textos escritos para explicar um conceito segundo padrões descritivos sistemáticos e, por isso, valorizam a linguagem em 3ª. pessoa.

Dentre os verbetes enciclopédicos, elegemos os verbetes digitais, mais especificamente, os da Wikipédia, uma enciclopédia *online*. Afinal, ele é de acesso fácil e rápido, tanto para alunos quanto para professores - basta que se tenha um computador ou um dispositivo móvel conectado à internet.

O texto subjetivo, no qual será estudado o efeito de subjetividade, pertence ao gênero *depoimentos pessoais*. Por terem caráter marcadamente confessional, são textos escritos para relatar fatos reais vividos pelo seu autor e, por isso, valorizam a linguagem em 1ª. pessoa¹⁰¹.

Como nossa pretensão é de aplicabilidade da teoria de Émile Benveniste no ensino de leitura, neste artigo já elaboraremos nossa proposta prática na forma como será apresentada aos alunos, por ocasião de sua aplicação efetiva: a busca do desvendamento dos efeitos de objetividade e de subjetividade construídos pelas escolhas linguísticas do enunciador – quando então será possível observar as representações do EU.

Optamos por um assunto que, por ser tópico recorrente na vida do cidadão brasileiro, tem sido tema presente nas aulas de leitura em todo o país: violência.

Assim, para observar a objetividade e retirar a máscara da subjetividade, iremos trabalhar o verbete “violência”, da Wikipédia, abaixo transcrito. Para observar a subjetividade, e retirar a máscara da objetividade, trabalharemos com um texto que retrata uma das formas de violência mais praticadas no cotidiano escolar: o *bullying*.

¹⁰¹ A seleção do depoimento também foi feita na internet, pelo Google, via busca temática. Tivemos essa preocupação porque julgamos ser revelador trabalhar com o mesmo tema para ilustrar dois efeitos - de objetividade e subjetividade - que, para nós, são muito mais uma questão de ponto de vista do que de constituição da linguagem.

6. Trabalhando o efeito de objetividade

Leia o seguinte trecho do verbete “violência”¹⁰² e responda às questões¹⁰³:

Violência

Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.

Violência é um comportamento que causa intencionalmente dano ou intimidação moral a outra pessoa ou ser vivo. Tal comportamento pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro. É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado. O termo deriva do latim *violencia* (que por sua vez deriva de *vis*, força, vigor), aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa.

Assim, a violência diferencia-se de *força*, palavra que costuma estar próxima na língua e pensamento cotidiano. Enquanto que força designa, em sua acepção filosófica, a energia ou “firmeza” de algo, a violência caracteriza-se pela ação corrupta, impaciente e baseada na ira, que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride.

Existe violência explícita quando há ruptura de normas ou moral sociais estabelecidas a esse respeito: não é um conceito absoluto, variando entre sociedades. Por exemplo, rituais de iniciação podem ser encarados como violentos pela sociedade ocidental, mas não pelas sociedades que o praticam.

1. O verbete que você leu foi escrito em 1ª. ou em 3ª. pessoa?

Resposta esperada: 3ª. pessoa

2. O texto tem um tom:

() explicativo-definitório () reflexivo-crítico

Resposta esperada: *explicativo-definitório*

3. Como você classificaria esse verbete: objetivo ou subjetivo?

Resposta esperada: *objetivo*

4. No 1º. Parágrafo, a palavra “comportamento” foi mencionada três vezes. Essa repetição insistente revela que:

() para o autor do verbete, violência pressupõe reflexão.

¹⁰² Disponível em: <https://pt.Wikipédia.org/wiki/Viol%C3%Aancia>, acessado em 17/07/2015.

¹⁰³ Neste questionário, usaremos a palavra *autor* no lugar de *enunciador*, pois a palavra *autor* é familiar para os alunos. Mas o que queremos mostrar é que, por mais isento que o texto pretenda ser, uma leitura atenta do texto revelará o posicionamento de quem escreve sobre “violência”.

() para o autor do verbete, violência pressupõe ação.

Resposta esperada: *para o autor do verbete, violência pressupõe ação.*

5. Leia a 1ª. frase do texto. Analise a palavra “intencionalmente”. O que ela revela, do ponto de vista do autor do texto, em relação a quem pratica a violência: uma visão positiva ou negativa?

Resposta esperada: *uma visão negativa.*

6. Ainda sobre a palavra “intencionalmente”: Ela revela que, para o autor do verbete, o ato violento é fruto de um propósito ou de um acaso?

Resposta esperada: *fruto de um propósito*

7. Analise a palavra “dano”. Ela tem sentido objetivo, positivo ou negativo?

Resposta esperada: *sentido negativo*

8. Analise a expressão “intimidação moral”. Ela tem conotação objetiva, positiva ou negativa?

Resposta esperada: *conotação negativa*

9. Leia a 2ª. frase do texto. O autor está expressando uma certeza ou uma possibilidade quando usa a locução “pode invadir”?

Resposta esperada: *uma possibilidade*

10. “Invadir”, que é o verbo principal dessa locução, tem conotação positiva ou negativa?

Resposta esperada: *conotação negativa*

11. Ainda na 2ª. frase, o autor estabeleceu uma gradação de ideias ascendente (clímax) ou descendente (anticlímax) no seguinte trecho: “invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro”?

Resposta esperada: *gradação ascendente (clímax).*

12. Analise a expressão “até mesmo”. Ela revela que, para o autor do verbete, qual das seguintes ações seria o clímax de um ato violento contra uma pessoa: ferir seu corpo, causar-lhe danos psicológicos ou matá-la?

Resposta esperada: *matá-la*

13. Leia esta outra definição de violência: “É o uso excessivo de força, além do necessário ou esperado”. Quem julga esse grau de necessidade?

Resposta esperada: *o autor do verbete, a vítima da violência ou até mesmo uma possível testemunha.*

14. O autor vai buscar, na origem latina da palavra “violência”, a seguinte definição do termo: “aplicação de força, vigor, contra qualquer coisa”. Que palavra, dentro dessa definição, revela o aspecto negativo da violência?

Resposta esperada: *a palavra “contra”.*

15. No 2º. parágrafo, o autor opõe “violência” à “força”. Segundo essa oposição, qual dessas palavras tem conotação negativa?

Resposta esperada: *a palavra “violência”.*

16. Ainda no 2º. parágrafo, o autor denuncia que a ira é a fonte que alimenta a: () violência () força

Resposta esperada: *violência*

17. A palavra “ira” tem conotação positiva ou negativa?

Resposta esperada: *negativa*

18. O que esse fato reflete na visão que o autor tem sobre o assunto?

() que a violência é um comportamento positivo

() que a violência é um comportamento negativo

Resposta esperada: *que a violência é um comportamento negativo*

19. De acordo com o verbete da Wikipédia, quem pratica a violência é uma pessoa boa ou má?

Resposta esperada: *má*

20. Pelo o que você fez até aqui, a definição de “violência” do verbete é objetiva, neutra e impessoal, ou o seu autor expressa a visão negativa que ele tem do conceito?

Resposta esperada: *o autor expressa a visão negativa que ele tem do conceito.*

6.1. Leitura crítica do verbete

Vimos que a imagem que se tem do texto objetivo é a de que ele é neutro, impessoal, racional, como se o autor não interferisse no que ele diz. Essa também é a imagem que se construiu para os verbetes enciclopédicos – impressos ou digitais.

No entanto, se levarmos os alunos a analisarem a escolha dos substantivos, adjetivos, formas verbais, conjunções, e preposições, dentre outros procedimentos orquestrados pelo enunciador de um verbete, eles provavelmente entenderão que esses recursos linguísticos se vinculam, de alguma maneira, à visão que o autor tem do termo que ele está definindo.

No caso do verbete “violência”, da Wikipédia, foi possível constatar que as estruturas linguísticas estão comprometidas com uma certa visão de violência, e é nessa visão que o enunciador expressa a sua subjetividade.

Vejamos, então, como se comportou o enunciador do verbete lido.

Logo no 1º. parágrafo, o enunciador procura definir a palavra “violência” pela repetição insistente da palavra “comportamento”, uma repetição que, no plano discursivo, funcionaria como a ressonância do sentido predominantemente accional que o enunciador quis atribuir à violência.

Essa relação entre violência e comportamento, diga-se de passagem, está afetada pelo ponto de vista do enunciador, que usa o advérbio “intencionalmente” para registrar sua posição de que o ato violento é fruto de uma vontade, não de um acaso.

Usando ainda os recursos linguísticos de que dispõe, o enunciador dá continuidade ao seu trabalho de definição do termo “violência” quando decide fazê-lo não mais pela ressonância discursiva acima mencionada, mas pela instalação de substantivos, como “dano”, “intimidação” (moral), “ira”, “ruptura” – todos de conotação negativa.

Aliás, os verbos que têm carga semântica compatível com o sentido negativo que o enunciador tenta construir para a palavra “violência” são: “invadir” e “agredir”. Além disso, esses verbos estão no tempo presente do modo indicativo, o que nos possibilita inferir que o conceito negativo que o enunciador confere à palavra *violência* está atualizado com o conceito negativo que a sociedade – à qual o enunciador pertence – tem

dessa palavra. Aí está outro possível jogo de constituição desfavorável do sentido de *violência*.

No 2º. parágrafo, é importante destacar com os alunos, a forma como o enunciador, ao diferenciar *violência* de *força*, vincula a esta, substantivos de campo semântico positivo, como “*energia*” e “*firmeza*”; mas para se referir à primeira, ele prefere expressões adjetivas, como “(ação) “*corrupta*”, “*impaciente*” e “*baseada na ira*” – ira que, para o enunciador, é a fonte que alimenta a violência.

Ainda procurando definir o verbete *violência*, o enunciador elabora um período composto no qual ele, mais uma vez, deixa transparecer o sentido negativo que essa palavra tem para ele: “*que não convence ou busca convencer o outro, simplesmente o agride*”. Aqui, ao invés de usar uma conjunção adversativa – *mas, no entanto, contudo etc.* –, ele prefere usar o advérbio “*simplesmente*” com essa função conectiva. Desse modo, percebe-se a presença de um enunciador indignado com a atitude violenta de alguém que, ao invés de convencer o outro de forma pacífica, prefere agredi-lo.

Essa indignação já havia sido materializada no enunciado quando, ao definir a palavra “*violência*”, logo no primeiro período do verbete, o enunciador usa a locução “*até mesmo*” para sinalizar a consequência última e fatal de uma sucessão de ações violentas, isto é, a morte de alguém: “*pode invadir a autonomia, integridade física ou psicológica e até mesmo a vida de outro*”.

No 3º parágrafo é importante mencionar que, ao afirmar que “*existe violência explícita quando há rupturas de normas ou moral sociais*”, o enunciador possibilita a inserção ideativa de uma violência implícita. Da mesma forma que, ao dizer que (a violência) “*não é um conceito absoluto, variando entre sociedades*”, ele insere a ideia de que a violência é um conceito relativo. Esse procedimento permitiu ao enunciador do verbete dizer uma coisa e trazer à existência uma outra coisa, mesmo sem ela ter sido dita. De acordo com Maurício da Silva (2010, p. 101), sacar isso no ato de ler é dar um passo em direção ao desvendamento de uma das funções mais intrigantes da linguagem: a função de ocultar.

Assim, é possível constatar que o verbete “*violência*” é um texto feito para explicar-definir um termo; foi escrito na 3ª. pessoa; tem linguagem denotativa; e, portanto, pode ser aparentemente classificado como “*texto objetivo*”.

No entanto, apesar dessas marcas linguísticas, seu enunciador não consegue apagar-se completamente do interior do texto quando: a) repete, de forma insistente, dentro do mesmo parágrafo, a palavra “comportamento”, fazendo-a ressoar por todo o texto; b) usa o advérbio “intencionalmente” para caracterizar o ato violento; c) escolhe palavras e construções de sentido negativo para se referir à violência; d) expande o papel das construções adjetivas, que não apenas qualificam o termo *violência*, mas ajudam a potencializar o seu sentido negativo; e) usa verbos no tempo presente para sinalizar que o conceito de violência corresponde ao que nossa sociedade tem do termo, assim como formas verbais modalizadas, como “pode invadir” (deixando escapar que não tem certeza acerca das consequências da violência) e “podem ser” (indicando que ele não garante que os rituais sejam considerados violentos pela sociedade ocidental); f) prefere opor *violência* à *força*, usando, para esta, palavras de teor positivo; g) tira a palavra “simplesmente” de sua função adverbial e a projeta no enunciado como conjunção coordenativa adversativa; h) reinveste na sua visão negativa de violência, vinculando-a, por meio da expressão “até mesmo”, àquilo que, para ele, é a pior consequência de uma atitude violenta: a morte; j) opta pelo apagamento linguístico das expressões “violência implícita” e “conceito relativo”, embora elas consigam emergir no momento da produção dos sentidos.

Assim, a leitura dessa camada mais submersa do texto nos permite ver que o enunciador, embora tenha procurado apagar as marcas da sua enunciação no enunciado, ele acabou deixando as pistas de sua presença, ou seja, sua posição ideológica em relação ao conceito que ele tem de violência.

Desta maneira, é possível afirmar que o verbete “Violência”, da Wikipédia, foi construído de modo a mostrar, logo na sua superfície textual, sua capa de objetividade, própria de verbetes enciclopédicos. Afinal, o que se vê é o que está à mostra: sua máscara de objetividade.

No entanto, se retirarmos a máscara da objetividade, mergulharemos na enunciação, e veremos o que está submerso, isto é, a subjetividade da voz ideológica que considera a violência um conceito de teor negativo.

7. *Trabalhando o efeito de subjetividade*

Leia o depoimento abaixo e responda às questões:

Fui alvo de uma montagem¹⁰⁴

Quando mudei de cidade e entrei em uma escola nova, um menino começou a me zoar todo o dia. Ele inventava apelidos para mim e me xingava. O pior é que os outros colegas não faziam nada! O extremo foi uma montagem que ele fez com uma foto minha, na última semana de aula. Eu nunca tive esse menino em nenhuma rede social, mas de algum jeito, ele achou o meu Orkut, copiou minha foto e colocou um nariz de palhaço e um chifre. Depois, levou para a escola e ficou mostrando. Todo mundo riu de mim! Aguentei até o fim da aula para não ser ainda mais zoada, mas, quando cheguei em casa, chorei e contei tudo para os meus pais. Faltei o resto da semana e depois mudei de cidade de novo. Nunca mais quero voltar aquela cidade. (M.S. 14 anos)

1. Quem é o autor do depoimento?

Resposta esperada: *M.S., 14 anos.*

2. Qual é a temática principal do depoimento lido?

Resposta esperada: *O bullying sofrido por M.S.*

3. O depoimento foi escrito em 1ª. pessoa ou em 3ª. pessoa?

Resposta esperada: *1ª. pessoa*

4. Essa estratégia do autor faz o depoimento ser considerado um texto objetivo ou subjetivo?

Resposta esperada: *Subjetivo*

5. Qual é o tempo verbal predominante no depoimento:

() presente () passado

Resposta esperada: *Passado*

6. Nesse tipo de texto, que se tornou público na internet, é compreensível que seus autores evitem revelar sua identidade. Transcreva o trecho em que aparece uma palavra que desvende o sexo do autor. Em seguida, sublinhe essa palavra.

Resposta esperada: *“Aguentei até o fim da aula para não ser ainda mais zoada”.*

7. O bullying é um problema só do indivíduo que assinou o depoimento, ou pode ser sofrido por qualquer pessoa?

¹⁰⁴CAFÉ NO BULLYING. Apresenta depoimentos de quem sofreu um tipo de violência chamado “bullying”. Disponível em: <http://cafe-no-bullying.blogspot.com.br/p/depoimentos-de-pessoas-que-sofreram.html>, acessado em: 22-07-2015. Mantivemos a escrita original.

Resposta esperada: *Pode ser sofrido por qualquer pessoa*

8. Leia o que diz o dicionário do Aurélio sobre o conceito de objetivo: “Filos. Diz-se do que é válido para todos, e não apenas para um indivíduo”. Levando em consideração o sentido filosófico de “objetivo”, e o fato de M.S., 14 anos, ter publicado o seu problema pessoal, você poderia dizer que o texto é objetivo?

Resposta esperada: *Sim.*

9. M.S., 14 anos, colocou seu depoimento na internet. Você acha que ela queria apenas desabafar ou ela quis falar de algo que pode ser válido para qualquer pessoa?

Resposta esperada: *Ela queria falar de algo que pode ser válido para qualquer pessoa.*

10. Por quê?

Resposta esperada: *Porque ele trata de um problema que é válido para um grande número de pessoas, e não apenas para um indivíduo só.*

11. Dá para acreditar no depoimento de M.S.? Por quê?

Resposta esperada: *Sim. Porque ele é composto de elementos que pertencem à realidade de M.S., mas que poderiam pertencer à realidade de qualquer um. Além disso, ela constrói o texto de acordo com uma sequência lógica de início, meio e fim.*

12. Qual o efeito que a sequência lógica deu ao texto:

() o efeito da verossimilhança (efeito de verdade)

() efeito de inverossimilhança (efeito de mentira)

Resposta esperada: *O efeito da verossimilhança (efeito de verdade)*

13. Na sua opinião: o que faz com que a narrativa se torne verossímil: os fatos objetivos ou os fatos subjetivos?

Resposta esperada: *Os fatos objetivos*

7.1. Leitura crítica do depoimento

Vimos que a imagem que se tem do texto subjetivo é aquela em que o enunciador está visível no texto, através, principalmente, das mar-

cas linguísticas da 1ª. pessoa. Portanto, textos como o que acabamos de ler são considerados subjetivos.

No entanto, se queremos ensinar nossos alunos a lançar um olhar crítico sobre o texto que eles leem, é importante mostrar-lhes que a subjetividade, embora bastante aparente, não é total. Isso porque: a) o enunciador ancora sua subjetividade em fatos objetivos, pois são eles que dão verossimilhança ao seu texto; b) essa verossimilhança é necessária para que os fatos narrados consigam atingir os “tus” que vivem situações semelhantes às que o autor viveu.

Mas, antes de iniciarmos a análise, é preciso sinalizar que o conceito de “objetivo” que guiou nosso trabalho de desvendamento do efeito de subjetividade é o definido pela filosofia – definição encontrada no dicionário da língua portuguesa do Aurélio: “*Filos. Diz-se do que é válido para todos, e não apenas para um indivíduo*”.

Ao elaborarmos o estudo dirigido sobre o depoimento – um texto considerado *subjetivo* -, sob a perspectiva filosófica do conceito de *objetivo*, foi possível estabelecer a seguinte relação com a categoria de pessoa da teoria da enunciação de Émile Benveniste: a) a não pessoa (Ele) é o dado objetivo sobre o qual o enunciador fala com o enunciatário; b) portanto, a não pessoa é exterior ao sujeito que se inscreve no texto; c) para que esse dado chegue até o enunciatário e promova sua adesão, é preciso que esse dado seja comum tanto ao Eu quanto ao Tu; d) do contrário, esse dado corre o risco de ser considerado inverossímil e acabar sendo rejeitado pelo enunciatário.

Aí está o caráter enunciativo da não pessoa da teoria benvenistiana: ele ancora, na exterioridade dos fatos comuns às pessoas da enunciação, a possibilidade de reversibilidade e, portanto, de comunicação.

Desse modo, é possível levar os alunos a inferirem que divulgar o tipo de *bullying* do qual o próprio enunciador foi vítima é tentar fazer com que ele, através do seu texto, entre em contato com outras pessoas que passaram ou estejam passando por problemas semelhantes e, assim, se compatibilizem com ele. Esse contato só é possível devido ao fio lógico presente na narrativa, o qual se constitui pelo conjunto de elementos, tais como: presença de personagens, senso de localização espacial e temporal, e ações que vão movimentando o enredo. Assim, para que o leitor interprete mensagens subjetivas, é preciso que ele acesse seu conhecimento do mundo objetivo, real.

Portanto, podemos afirmar que, no depoimento de M.S., há um fio lógico formado por elementos objetivos possíveis: personagens possíveis, lugares possíveis, tempos possíveis – eu-aqui-agora possíveis –, organizados dentro de um enredo possível.

É importante salientar que esse fio lógico não foi suficiente para o enunciador. Se o fosse, M.S. poderia ter feito um diário. No entanto, ela preferiu publicar seu depoimento na internet. Isso nos permite concluir que o enunciador precisou levar sua experiência até o Tu que, por sua vez, ao se identificar com os fatos vividos pelo Eu, divide com este toda a angústia vivida.

Nesse ponto, o conteúdo genérico – formado pelos fatos narrados por M.S. – são substituídos pelo conteúdo específico de cada leitor que viveu ou vive experiência semelhante. Assim, a narrativa de M.S. diz, por exemplo, que ela mudou de cidade e foi estudar em uma nova escola. Outra possível narrativa seria a de um leitor, morador da cidade X, que se mudou para a cidade Y e foi estudar na escola Z. Isso significa que os dados da realidade do enunciador podem ser atualizados pelos dados da realidade do enunciatário.

Ao nosso ver, essa compatibilização só é possível porque o enunciador, apesar de mergulhado no terreno movediço das emoções –próprio dos textos subjetivos –, precisa ancorar a subjetividade na objetividade dos fatos. Do contrário, o enunciador provavelmente não conseguiria a adesão dos enunciatários que também passam ou passaram pelo mesmo problema.

Assim, apesar de o depoimento lido ser um texto feito para registrar experiências vividas pelo seu autor; de ter sido escrito em 1ª pessoa; ter um tom confessional; ter sido construído com sinais exclamativos e linguagem emotiva; de preferir sintagmas adjetivos superlativos (o pior, o extremo); de usar abundantemente verbos que reforçam a prática de *bullying* sofrida pelo enunciador (zoar, inventar, xingar, rir, chorar, por exemplo); de insistir em sintagmas adverbiais que delimitam a experiência pessoal no tempo e no espaço, e que também ajudam a expressar o grau de tolerância do enunciador a certas situações (“quando”, “na última semana de aulas”, “até o fim da aula”, “nunca”, “nunca mais”), e, portanto, ser classificado como “texto subjetivo”, seu enunciador se reveste seus enunciados de objetividade quando estrutura seu relato dentro de uma sequência lógica de dados válidos e, além disso, publica seu depoimento na tentativa de conseguir a adesão de muitos enunciatários.

Desta maneira, o depoimento de M.S. foi construído de modo a mostrar, logo na superfície textual, sua capa de subjetividade, própria de depoimentos pessoais. Afinal, o que se vê é o que está à mostra: sua máscara de subjetividade.

No entanto, se retirarmos a máscara da subjetividade, mergulharemos na enunciação, e veremos que o que está submerso, e sustenta o texto subjetivo, é justamente sua camada objetiva – aquela que permite o processo de reversibilidade do enunciador com o enunciatário.

8. Conclusão

Neste artigo, respaldados pela noção de pessoa em Émile Benveniste, partimos da análise do enunciado para chegarmos aos efeitos de sentido produzidos na enunciação.

Émile Benveniste percebeu que poderia interpretar o “estar no mundo” dos sujeitos falantes quando eles colocavam a língua em funcionamento. E nós percebemos que poderíamos usar esse postulado para ampliar o leque de possibilidades de ensino dessa importante área das aulas de língua portuguesa.

Essa aproximação foi feita através da elaboração de dois estudos dirigidos: um para ensinar a ler o texto-verbete, aqui exemplificado pelo texto sobre “Violência”, da Wikipédia; e outro para o texto-depoimento publicado na internet.

Assim, foi na elaboração das questões que pudemos constatar que a linguagem, em si, não é objetiva nem subjetiva. Tanto a objetividade quanto a subjetividade são efeitos de sentido. Portanto, não basta o texto estar recheado de 1ª. ou 3ª. pessoa; é preciso saber identificar os graus de objetividade e subjetividade ali presentes.

Assim, ao retirarmos a máscara de objetividade do texto-verbete, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada objetiva. É sobre ela que a linguagem foi orquestrada pelo enunciador de forma a conferir ao texto um tom neutro, impessoal, racional. No entanto, como vimos insistindo numa leitura das entrelinhas, que exige olhar os sentidos através das palavras, decidimos mergulhar no texto. Foi, então, que constatamos existir ali uma camada interna, submersa à superfície textual: a camada subjetiva. Nela, foi pos-

sível identificar o posicionamento ideológico do enunciador a respeito, por exemplo, da “violência”.

Por outro lado, ao retirarmos a máscara de subjetividade do texto-depoimento, descobrimos que ele é formado por uma camada externa, aquela que nossos olhos podem ver: a camada subjetiva. É sobre ela que a linguagem foi orquestrada pelo enunciador de forma a conferir ao texto um tom pessoal, com visão emotiva e impressionista da realidade. No entanto, ao mergulharmos no texto, constatamos existir ali uma camada interna, submersa à superfície textual: a camada objetiva. Nela, foi possível identificar o fio lógico que sustentou a narrativa da estudante M.S., 14 anos, vítima de *bullying*.

Esperamos que as atividades aqui propostas ajudem a formar alunos que, ao lerem um texto na escola, retirem a capa de ingenuidade que os impede de perceber alguns dos movimentos sinuosos e invisíveis que o constitui; e passem a ver a leitura não mais como uma exigência protocolar, mas como uma prática que deve ser inserida, também, na sua vida fora da escola.

Esperamos que, com essas atividades, o aluno passe a questionar a aparente neutralidade dos textos, entendendo que há sempre um sujeito comprometido com algum ponto de vista.

Esperamos, também, que eles percebam que relatos supostamente subjetivos, na verdade, estão em busca da adesão que poderá fazer com que o problema aparentemente individual assuma a sua instância coletiva.

Esperamos, enfim, que eles entendam que ler, dentre outras coisas, é retirar as máscaras dos textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral I*. 3. ed. São Paulo: Pontes, 1991.

_____. *Problemas de linguística geral II*. Trad.: Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 5. ed. Curitiba: Positivo. 2010.

HJELMSLEV, Louis. *Essais linguistiques*. Paris: Minuit, 1971.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA. Maurício da. *Repensando a leitura na escola: um outro mosaico*. 4. ed. Niterói: Eduff, 2010.